

Agência Estado – 13/02/2007

Instituto prevê 2 momentos críticos para energia até 2011

Segundo o **Acende Brasil**, pode faltar energia por falta de gás para abastecer usinas e devido ao atraso nos projetos de aumento da capacidade de geração

Leonardo Goy

BRASÍLIA - **O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales**, avaliou nesta terça-feira, 13, que existem dois momentos críticos nos próximos anos, nos quais pode haver risco de falta de energia no País. Um entre o fim de 2008 e o início de 2009 e o outro em 2010 e 2011.

Sem detalhar de quanto seria esse risco, **Sales** disse que em 2008/2009 o maior perigo reside na ameaça de faltar gás para abastecer as termelétricas. Já nos anos de 2010 e 2011, poderia faltar energia por conta do atraso nos projetos de aumento da capacidade de geração hidrelétrica.

Sales evitou detalhar suas avaliações, mas adiantou que o **Acende Brasil** (entidade que representa os investidores do setor elétrico) está concluindo um estudo que apontará com mais clareza quais são os riscos de falta de energia que o Brasil poderá enfrentar nos próximos anos.

Ele disse que não compartilha do mesmo otimismo do governo - que reiteradamente nega que o País corre o risco de passar por outro racionamento - e defendeu que o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) divulgue publicamente as atas de suas reuniões. "É indispensável que a sociedade conheça o diagnóstico com o qual o governo trabalha para o fornecimento de energia", disse.

Em entrevista coletiva, **Sales** avaliou também que, apesar de ter aspectos positivos, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal deixou de contemplar algumas importantes questões que, segundo ele, poderiam incentivar o setor privado a aumentar os investimento no setor elétrico.

"Hoje, o problema não é falta de dinheiro. Não há falta de recursos para investir. O crescimento do setor elétrico depende mais da construção de um ambiente regulatório que atraia o investidor privado", disse **Sales**.

Um dos problemas que não foram sanados, disse, é o da carga tributária do setor. Segundo **Claudio Sales** atualmente os tributos e encargos do setor respondem por 43,7% da conta de luz paga pelos consumidores.

Outra questão que não foi sanada pelo PAC, disse ele, é a da melhora das condições de competição entre as empresas privadas e as estatais que atuam no setor elétrico nos leilões de energia. A principal crítica dos investidores privados é de que as estatais fariam, nos leilões, ofertas de venda de energia a preços muito baixos, para pressionar as empresas privadas a reduzirem ainda mais suas margens.

"De nada adianta as regras do leilão serem corretas se não se assegurar que as estatais agirão com transparência e autonomia e não farão ofertas de venda de energia que não cobrem nem seus custos de capital", disse **Sales**.

Outro problema para o setor elétrico que, para **Sales**, ainda não foi equacionado, é o da demora na obtenção das licenças ambientais dos projetos de geração de energia. "Fizemos um levantamento e constatamos que, em média as licenças prévias têm demorado dois anos para sair, o dobro do tempo previsto pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)".